

**INFORME OFICIAL**  
**DO**  
**ENCONTRO NACIONAL**  
**DO NÍVEL MÉDIO**

**IBGE**

RIO DE JANEIRO

28 DE ABRIL DE 2007

## ENCONTRO DO NÍVEL MÉDIO RIO DE JANEIRO – 28 DE ABRIL DE 2007

### **Plenária aberta por Cláudio, que faz a saudação a todos**

**Mesa:** Israel, Rodrigues e Suzana

**Israel** – Fala sobre o nascimento do movimento que ganha força até chegar a este Encontro Nacional; avalia que o debate sobre o Plano de Carreira, na verdade, resultou apenas em tabela salarial e o IBGE não logrou êxito em obter paridade com Ipea; considera que a reunião na Franklin Roosevelt não foi boa apesar da boa vontade de Sérgio Cortes e que o adversário mais forte é a direção do IBGE.

**Rodrigues** – em 7 de fevereiro houve reunião na Chile com 10 pessoas e, a partir daí, o movimento vem se ampliando; dia 17, já havia 45 pessoas. A idéia não era o embate, mas realizar um movimento ordeiro; a proposta é levar o Nível Médio até a base do Nível Superior e resgatar a titulação.

As negociações sempre são feitas com participação do Sindicato porque o objetivo é aglutinar. A partir da reunião com Sérgio Cortes, aumentou a mobilização. O objetivo deste encontro é levar, ao conjunto dos trabalhadores, a mesma informação, alcançar efeito multiplicador; quem está aqui deve levar a todos os funcionários o que está acontecendo.

**Suzana** – fala em nome da Executiva Nacional, saudando a iniciativa desse Encontro e o Núcleo Chile, origem do debate, onde, agora, são realizadas reuniões toda 4<sup>a</sup> feira, abrindo a luta para resgatar as perdas anteriores; destaca a perspectiva de aumento da contratação temporária, da terceirização, seguindo modelos de outros países.

Relata que, hoje, há 2.246 contratos temporários no IBGE; em 1999, o Governo federal, de modo geral, tinha 10.868 temporários e, hoje, tem 22.661; denotando tendência clara de terceirização. Houve concurso em algumas áreas, mas não foi suficiente para substituir a mão de obra temporária.

Lembra os processos de enxugamento no IBGE por meio de Programas de Demissão Voluntária (PDV) e das demissões no Governo Collor. O Nível Médio tinha 10.811 Servidores em 1989; hoje, tem 5.903 ativos dos quais 18% já podem aposentar-se e a estimativa é de que, em cinco anos, haja uma redução de 30% no quadro funcional do Nível Médio.

Rebate argumento de Sérgio Cortes de que o Nível Intermediário tem dificuldade em obter aumento devido à inclusão do Nível Fundamental, informando que o IBGE tem, hoje, 2.056 pessoas no Nível Superior e 3.338 no Nível Médio e, destas, apenas 329 têm somente o 1<sup>o</sup> grau e 180 menos que o 1<sup>o</sup> grau.

Cita como exemplos, João Manoel – sumidade em censo que só tem o nível elementar e o mateiro que tem a importância da especialização no serviço que realiza.

Lembra que Sérgio Cortes disse que a proposta de ajuste terá dificuldade de passar no Governo porque agregaria um valor muito grande ao conjunto e, em função disso, propôs separar o joio do trigo e pegar os mais qualificados para abrir uma perspectiva, embora tenha reconhecido a capacidade de mobilização do Nível Médio, comprometendo-se com a causa.

Ressalta que a postura do movimento é em defesa de todo o Nível Intermediário, mas admite que há movimentos isolados que defendem resolver disfunções isoladamente.

Informa que foi solicitado, ao Dieese, estudo comparativo da remuneração do Nível Intermediário com os maiores salários de Nível Médio de outras categorias do Serviço Público e com a evolução do custo dos planos de saúde; e estudo sobre a evolução dos salários do IBGE a partir de 1993, quando foi implantado o Plano de Carreira.

## **ABERTO O DEBATE**

**Suzana** – há quatro anos, no Congresso da ASSIBGE, a preocupação dos trabalhadores era sobre o Plano de Carreira. Deveria ter um próprio, um comum com o setor público? Daí, formou-se uma comissão para discutir o tema. Em 18/05/2005, a direção do IBGE apresentou documento propondo Plano de Carreira próprio. Foi, então, iniciado o movimento que deu ganho de 15%.

Hoje, prevalece a concepção de terceirização do Nível Intermediário; a catraca é parte desse processo. A direção é autoritária, não dialoga, age de cima pra baixo, tem uma visão anti-sindical que fecha o cerco sobre o que compreende ser o IBGE do futuro, com um grupo especializado do Nível Superior e minimização do Nível Intermediário próprio.

Essa é a concepção do Governo, que tinha proposta de Plano de Carreira por ramo de atividade e, agora, é por empresa, o que fraciona. A direção do IBGE hoje não é apenas técnica, faz lobby em Brasília. A situação é difícil. Se o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) passar, não haverá aumento salarial para os Servidores Públicos tão cedo. Essa é outra luta porque o PAC condiciona o aumento dos Servidores à inflação.

**Vera** – apela para auto-estima do grupo; diz que a discussão é sobre assuntos internos; a pauta é do Nível Médio, não sobre Plano de Carreira; conta a estória de um jardineiro pobre que socorre um homem que seria assaltado e recebe, da vítima, uma caixa com um castiçal que, mais tarde, descobre ser muito valioso e compara com o censo, que seria a galinha dos ovos de ouro do ibgeano hoje.

**Miguel** – há quatro anos, deliberamos que nós, juntos, construiríamos o Plano de Carreira; o objetivo é o reajuste imediato, mas devemos continuar discutindo o Plano de Carreira. O orçamento para 2008 fecha em junho de 2007, se não brigar agora...

**Paulo Afonso** – a direção tentará dividir o Nível Médio, daí a importância de trazer todos para a luta. Para conseguir alguma coisa, teremos que parar o trabalho do censo.

**Elisa (BA)** – na AGDIBGE, o pessoal novo recebe 50% do que deveria receber; outros também estão recebendo menos do que deveriam porque a avaliação de desempenho é inadequada; 60% do IBGE na Bahia se aposentam até 2010. Quem vai fazer o trabalho? Apela para que a questão dos novos entre na pauta.

**Roberto Sérgio (CE)** – parabeniza colegas da Chile pelo resgate da luta do Nível Médio; propõe discutir não apenas aumento, mas projeção de ajustes, considerando eixo principal a proposta de reestruturação da carreira.

**César Sampaio (MG)** – é preciso avaliar qual o plano do Governo; o objetivo é substituir o Nível Médio por carreira terceirizada. O censo não pára, a questão é a mobilização. Meu estado não consegue 10% da mobilização da Chile.

**Júnior (Lucas)** – Tem que parar o censo ou qualquer outra coisa. Não podemos ficar sem fazer nada. É necessária mobilização constante; teremos que partir para o campo político. Não dá para se limitar à discussão técnica. É preciso mobilizar e mostrar à direção do IBGE que, se não for resolvido o problema, haverá paralisação.

**Álvaro (Chile)** – o primeiro passo é definir a reivindicação para estabelecer o diálogo com a categoria; além disso, é preciso identificar o adversário. Nós somos IBGE, mas a vitória nessa luta está fora dos limites do IBGE, exige que pressionemos o Governo federal, pois o ajuste do Orçamento quem assina é a presidência da República. O PL 01207 diz que não haverá dinheiro para o Servidor Público nos próximos 10 anos. Então, tem que entrar na luta com todos os Servidores para barrar esse projeto.

**Barella (RS)** – observa que a luta é para alcançar o terceiro padrão da primeira classe, a recomposição das tabelas e do Plano de Carreira e que o IBGE está sujeito à política geral dos Servidores Públicos. Questiona, então, como construir a mobilização para a luta, afirmando que, se o PAC for aprovado, a direção do IBGE dirá que não há recursos por causa da limitação orçamentária do Governo.

**Paulo (RS)** – a luta é de todos; PF e BC negociaram com o Governo ano passado e agora têm que mobilizar para garantir o cumprimento do acordo. A luta tem que estar ligada ao movimento geral dos Servidores, mesmo o foco central sendo o Nível Intermediário.

**Franklin (MA)** – precisamos nos unir; no Maranhão, não há união. Tenho 36 anos de IBGE e ainda não vi os funcionários chegarem à definição do que desejam. Esse é o momento de reivindicar um direito nosso.

Informa ser a primeira vez que participa de uma reunião nacional; pede que informações cheguem a todos, observando que há gente que não sabe nem o que é Executiva Nacional e denuncia: o chefe do IBGE no Maranhão pega os papéis do Sindicato, leva pra sala dele e joga no lixo. “Eu vou lá buscar”.

**Domingos (Chile)** – em 2004, pela primeira vez, houve a sugestão de discussão sobre o Plano de Carreira próprio, que foi atropelada pelo debate sobre aumento salarial. Diz que o aumento linear deve ser a bandeira tendo, no fundo, o Plano de

Carreira e observa que, há muitos anos não há um movimento saindo da base, como este.

**Cecília (BA)** – há 12 anos, assistimos o desmantelamento do Serviço Público; a rede de coleta é totalmente formada por temporários, o que não se esperava há alguns anos. A luta não é apenas por reivindicações específicas; é preciso combinar a luta do IBGE com a luta salarial dos Servidores e dos trabalhadores, de modo geral.

**Julio (SC)** – o IBGE está inserido em um contexto mais geral, então, é necessário entender a conjuntura do País e os outros movimentos; é preciso entender o PAC, que significa congelamento dos salários dos Servidores.

**Cláudio** – ressalta a piora nas condições de trabalho no IBGE, práticas trabalhistas injustas e defende a unificação da luta dos trabalhadores no Serviço Público Federal.

**Luizinho** – nosso Sindicato tem uma luta bonita; a Chile demonstra que nós somos um corpo só. Eu sou aposentado. Onde entramos? Precisamos nos reunir na luta. Somos inativos, mas fazemos parte do IBGE.

**Jaci (MG)** – está prestes a se aposentar e vê que terá perda em sua remuneração; diz que Minas tem muitas agências e muitos colegas não sabem o que está acontecendo; sugere divulgação maior, observando que muitos estão perto de se aposentar e não sabem que terão perda.

**Teresa (CE)** – nós escrevemos as páginas de nossa vida; viemos discutir como igualar o Nível Médio para superar a disparidade existente. O Nível Superior recebeu 72% e o Médio, 23%. Cabe essa discussão. Queremos reajuste linear nas mesmas proporções do Nível Superior. O movimento é feito pela galera; a direção não é nada sem o movimento. Temos que discutir o Plano de Carreira.

**Iana (PR)** – relaciona questões para pauta de reivindicações: AGDIBGE é a primeira reivindicação; adicional de titulação de apenas 10% foi surpresa; diferença do nível técnico para analista; vale-alimentação sem aumento há muito tempo, deveria ter valor unificado.

**Paulo (Canabarro)** – fala sobre a necessidade de mobilização de maior parte dos trabalhadores do IBGE; só a luta levará à vitória; a diretoria diz que ajudará, mas não fará nada; o futuro do Sindicato será grêmio recreativo; os novos não têm percepção da luta.

**Pedro Sérgio** – defende cronograma de luta e mobilização voltado para o Nível Médio.

**Margareth (SE)** – fará o possível pelo engajamento de Sergipe na luta; teve CA de pele, problema importante do pessoal de campo exposto ao sol; fez quatro cirurgias

e teve que pagar do próprio bolso; pede que discutam solução para que todos trabalhem protegidos.

**Suzana** – há reivindicação para que os trabalhadores recebam protetor solar; já ocorre em outras empresas; Correios já distribuem o protetor.

**Pedro Paulo** – uma coisa é campanha salarial; outra, a luta do Nível Médio; temos que estar inseridos em todas as lutas, mas hoje a luta é do Nível Médio.

**Encerrada a plenária, foram formados os grupos de discussão.**

**DOMINGO – 29/04/2007**

**Mesa:** Aglaé, Israel, Alckmin e Sidney

Alckmin faz a leitura do relatório unificado dos grupos

## **EIXOS DE LUTA**

**A - Recomposição linear da tabela** do Nível Intermediário de forma que o salário base do topo vá para o terceiro padrão da 2ª classe do Nível Superior (**consensual**)

**B - Não reivindicar adicionais de titulação; só salário (não consensual)**

**I – Adicionais de titulação:**

- 1 – 10% para 2º grau + 180 horas de especialização
- 2 – 20% para 2º grau + 360 horas de especialização
- 3 – 35% para 3º grau ou 720 horas de especialização
- 4 – 50% para especialização “Strictu Sensu” **ou**
- 5 – 70% para mestrado **ou X** horas de especialização
- 6 – 90% para doutorado **ou Y** horas de especialização

**II – resgatar critérios de ciência e tecnologia**

**C – regulamentação da avaliação individual** de forma que os ingressantes do Nível Intermediário de 2006 passem a receber a parcela individual da GDIBGE de acordo com a sua avaliação, retroativo a janeiro de 2007. (**não consensual**)

**Substituída por:** o I Encontro Nacional do Nível Intermediário incorpora a luta pelas reivindicações de todos os trabalhadores que estão deixando de receber parte dos seus salários referente à GDIBGE. (**consensual**)

**D – PLP 01/2007** – apoio à luta pela retirada do PLP 01/2007 ou sua rejeição pelo Congresso Nacional. (**não consensual**)

**E – Defender os eixos de luta dos contratados** – fim da avaliação de desempenho mensal como forma de renovação do contrato; contra a perseguição política; salário igual ao do início de carreira. **(não consensual)**

**F – Ampliação da luta** – combinar a luta específica com a luta geral dos Servidores Públicos Federais e a luta contra a política neoliberal do Governo federal **(não consensual)**

### **Formas de organização (consenso)**

1 - Criação de Comissão Nacional do Movimento do Nível Intermediário com representantes da Executiva Nacional, coordenações de Núcleo e da base;

2 – Criação de Comissões Estaduais com representantes da Executiva Nacional e coordenadores de Núcleo e da base;

3 – Realização de encontros estaduais do Nível Médio;

4 – Realização de novo Encontro Nacional do Nível Intermediário com participação de assessoria jurídica, administrativa e técnica.

### **Calendário de mobilização**

- atividades semanais para construir um Dia Nacional de Luta;
- operação padrão com controle de qualidade sobre o trabalho; respeito estrito ao horário, ritmo “padrão” da atividade;
- não ligar os equipamentos de informática;
- estabelecer um dia para todos irem trabalhar vestidos de preto, com adesivos ou bracheiras do movimento;
- elaborar um documento nacional para sociedade, parlamentares e instituições, retratando a realidade funcional e salarial do Nível Médio;
- elaborar documento para direção do IBGE, informando sobre o Encontro e apresentando as reivindicações aprovadas, estabelecendo prazo para resposta.

### **Alternativas para Dia Nacional de Luta**

- 15/04 – Dia Nacional de Luta dos Servidores do Nível Médio
- 23/05 – Dia Nacional do Servidor Público
- 29/05 – Dia do Estatístico
- Em ambas as datas (23 e 29/05)
- No dia anterior à reunião com a direção do IBGE
- Vigília na sede quando da reunião com a direção do IBGE

**Abaixo-assinado** – unificar documento que contém reivindicações do Nível Médio com documento de apoio a este movimento que circula entres os Servidores do Nível Superior **(não consensual)**

**Encerramento:** o Encontro teve 112 participantes de 21 estados, não estando representados apenas Acre, Amapá, Roraima, Alagoas e Mato Grosso, e foi criada, segundo critérios de proporcionalidade, uma Comissão Nacional do Movimento do Nível Médio, com a seguinte formação:

- Quatro representantes da Executiva Nacional;
- Oito da região Sudeste;
- Três da região Nordeste;
- Dois da região Sul;
- Um da região Norte;
- Um da região Centro-Oeste.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2006